

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

C

Processo no : 10480.013958/93-78 : 30 de agosto de 1995 Sessão de

Acórdão nº : 203-02.347 : 97.973 Recurso nº

: JACQUES SAMPAIO Recorrente : DRJ em Recife - PE Recorrida

> IPI - ISENÇÃO PARA TAXI: A alienação do veículo adquirido nos termos da Lei nº 8.199/91 antes de três anos de sua aquisição a pessoa que não satisfaça às condições e aos requisitos estabelecidos, acarretará o pagamento, pelo alienante, do tributo dispensado. Recurso negado.

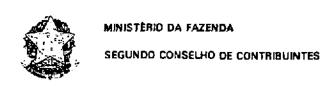
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JACQUES SAMPAIO.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso. Ausentes. justificadamente, os Conselheiros Maria Thereza Vasconcellos de Almeida e Sérgio Afanasieff.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1995

Osvaldo José de Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Mauro Wasilewski, Tiberany Ferraz dos Santos, Celso Ângelo Lisboa Gallucci, Sebastião Borges Taquary e Armando Zurita Leão (Suplente).



Processo nº : 10480.013958/93-78

Acórdão nº : 203-02.347 Recurso nº : 97.973

Recorrente : JACQUES SAMPAIO

RELATÓRIO

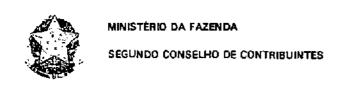
Contra o contribuinte acima identificado foi lavrado Auto de Infração (fls. 01/02) em decorrência de ação fiscal referente a aquisição de veículo de aluguel beneficiado com a isenção do IPI, prevista na Lei nº 8.199, de 28/06/91, tendo sido verificado o seguinte:

- 1 que o Sr. Jacques Sampaio CPF 285.242.177-15, adquiriu com os benefícios da citada Lei o automóvel de aluguel (TAXI).
- 2 que, em 06/08/92, o Sr. Jacques Sampaio alienou o veículo, sem autorização do Ministério da Fazenda e sem o devido recolhimento do IPI, para o Sr. Cícero Leite do Carmo CPF 430.898.954-64, através da procuração lavrada no Cartório, apensa ao processo.
- 3 que o novo adquirente não atende as condições para a isenção prevista na Lei 8.199/91.
- 4 que o artigo 23 do RIPI/82, em seu inciso VII, aponta como responsáveis aqueles que desatenderem as normas e requisitos a que estiver condicionada a suspensão ou isenção do imposto.

Tempestivamente, o interessado procedeu à impugnação às fls. 11 alegando, em síntese:

- a) que confessa haver repassado o veículo em questão "com completo desconhecimento da Receita Federal e sem observar os requisitos e normas legais exigidos para tal finalidade";
 - b) informa que "resolveu desfazer o repasse que havia feito";
- c) que a procuração outorgada a JOSÉ CÍCERO LEITE DO CARMO já foi revogada, conforme xerox anexa ao processo.

A autoridade julgadora de primeira instância, às fls. 27/30, julgou procedente a ação administrativa, cuja ementa destaco:



Processo no

: 10480.013958/93-78

Acórdão nº

: 203-02.347

"IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS TAXI - CANCELAMENTO DA ISENÇÃO. A alienação de veículo adquirido, com o benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados previsto na Lei nº 8.199/91, a pessoa que não preencha as condições para usufruir da mesma isenção, antes de decorrido o prazo de três anos, caracteriza o descumprimento das condições exigidas para o gozo do incentivo, cabendo a exigência do tributo anteriormente dispensado, com os acréscimos legais sobre ele incidente."

Cientificado em 25/01/95, o requerente interpôs recurso voluntário em 14/02/95 (fls. 35) alegando, que:

- a) solicitou empréstimo para poder pagar as prestações do veículo TX, que por terem aumentado muito, estavam em atraso. E, para receber o empréstimo foi obrigado a dar como garantia da dívida o veículo TX, para o caso de não poder pagar o empréstimo;
- b) a procuração que foi dada e que foi posteriormente revogada, só foi feita por exigência da quem estava emprestando o dinheiro;
- c) nunca houve repasse do veículo, estando e como sempre esteve na posse do recorrente;
- d) pagou o empréstimo e quitou o veículo conforme documentação apensa ao processo;
- e) requer que este Conselho determine uma averiguação, sendo feito pelo auditor fiscal um Termo de Constatação, comprovando-se o que alega o recorrente.

É o relatório.

Processo nº : 10480.013958/93-78

Acórdão nº : 203-02.347

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OSVALDO JOSÉ DE SOUZA

O recurso foi apresentado dentro do prazo legal e merece ser conhecido.

O que restou absolutamente inequívoco, para mim, é que a procuração passada pelo recorrente do Senhor JOSÉ CÍCERO LEITE DO CARMO teve o nítido objetivo de transferir ao procurador todos os direitos sobre o bem objeto do mandato, em caráter irrevogável e irretratável, com poderes, inclusive, "para transferi-lo para seu próprio nome, ou de terceiros".

A boa doutrina nos ensina que: "Na procuração em causa própria, o mandatário exerce o mandato no seu próprio interesse. É uma cláusula desnaturadora do mandato que, entre nós, tem sido capa de abusos e fonte inesgotável de contendas judiciárias" (Clóvis Bevilacqua).

No livro "Obrigações e Contratos" da editora Revista dos Tribunais, "ensina, também, Arnold Wald, comentando um exemplo que apresenta, que a procuração em causa própria é aparente pois o que se fez foi uma compra e venda".

Além deste e de outros autores, é farta a jurisprudência dos tribunais esclarecendo que a procuração em causa própria equivale a uma operação de compra e venda.

Não há, pois, motivos para continuarmos a discutir este assunto. Entendo que neste caso, efetivamente ocorreu una operação de compra e venda do veículo citado neste processo, embora esta operação não tenha sido documentada com o instrumento próprio e adequado que é o DUT - Documento Único de Transferência, como, aliás, me parece que deveria ter sido feito, e só não o foi para não caracterizar a operação de venda, embora o DUT esteja assinado em branco.

A revogação da procuração feita mais de um ano depois, através de Escritura Pública de Revogação de Mandato, não pode elidir os efeitos tributários decorrentes de uma operação de compra e venda. O desfazimento de um ato equivalente à venda não pode esconder nem camuflar a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária. O imposto referente a este veículo passou a ser devido, no momento em que a condição suspensiva da exigência tributária, se resolveu pelo não cumprimento de uma das condições da suspensão.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10480.013958/93-78

Acórdão nº : 203-02.347

Assim, pelo exposto e por tudo o mais que consta deste processo, NEGO provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1995

OSVALDO JOSÉ DÉ SOUZA